

## CONTRIBUIÇÕES ARQUITETÔNICAS PARA A HUMANIZAÇÃO DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS

*Data de submissão: 05/01/2024*

*Data de aceite: 01/02/2024*

**Aline Eyng Savi**

Universidade do Extremo Sul Catarinense  
Criciúma – Santa Catarina  
<https://orcid.org/0000-0002-6114-8725>

**Marta Dischinger**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina  
<https://orcid.org/0000-0003-0790-155X>

**RESUMO:** O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.010/2009 definiram formas de atendimento, entre elas o abrigo institucional. O modelo é o mais comum no Brasil. Não priva a liberdade e salvaguarda a saúde, educação e moradia. Assiste ambos os gêneros entre zero e dezoito anos, em processo de adoção ou não. O processo deveria ser transitório, mas leva meses ou anos. A legislação controla a administração desse equipamento, contudo é generalista quanto ao ambiente construído. Este artigo teve como objetivo principal elencar atributos arquitetônicos com base no aporte teórico, para fomentar a construção de ambiência humanizada. Entendeu-se que ambiente construído influi na adaptação humana, e não adequado pode dificultar a execução de tarefas. E

ao promover a interação entre espaços, pessoas e atividades cria condições para uma vida confortável e facilitada durante o período de institucionalização, além de garantir a inclusão, tão almejada pela legislação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** atributos arquitetônicos, humanização, abrigo institucional.

### ARCHITECTURAL CONTRIBUTIONS TO THE HUMANIZATION OF INSTITUTIONAL SHELTERS

**ABSTRACT:** The Child and Adolescent Statute and Law No. 12,010/2009 defined forms of care, including institutional shelter. The model is the most common in Brazil. It does not deprive freedom and safeguards health, education and housing. It assists both genders between zero and eighteen years old, whether in the adoption process or not. The process should be transitory, but it takes months or years. Legislation controls the administration of this service, however it is general regarding the built environment. This article sought to list architectural attributes based on theoretical support, understood as promoting the construction of a humanized environment. It

was understood that the built environment influences human adaptation, and an inadequate architecture can make it difficult to perform simple tasks. And promoting interaction between spaces, people and activities creates conditions for a comfortable and facilitated life during the period of institutionalization, in addition to guaranteeing inclusion, so desired by Brazilian legislation.

**KEYWORDS:** architectural attributes, humanization, institutional shelter.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, há aproximadamente 31 mil crianças e adolescentes em situação de abandono, conforme o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), e em média oito crianças são abandonadas por dia no país (SNA, 2023).

Diante da legislação brasileira que defende esta causa, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que propõe inúmeras ações, entre elas as instituições de abrigo.

O modelo acolhe ambos os gêneros, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo de adoção ou não, com ou sem família próxima ou estendida. Não implica em reclusão e salvaguarda o direito à saúde, educação e moradia. O motivo para a institucionalização é variado, mas relaciona-se frequentemente, ao quadro de vulnerabilidade social.

O processo de acolhimento é um momento difícil, pois se deixa a família para viver sob a tutela do Estado. Essa situação deveria ser provisória, mas por diferentes razões, leva meses ou anos para terminar. Em média, 29% delas permanecem até 6 meses em acolhimento, 16,2% permanecem de 6 meses a 1 ano, 23,2% permanecem de 1 a 2 anos. E o restante, que corresponde a 31,3%, permanecem acima de 2 anos em situação de acolhimento, ultrapassando o tempo máximo permitido (que determina até 2 anos) (SNA, 2023).

As crianças e os adolescentes institucionalizados frequentemente peregrinam entre as casas de origem e as instituições. Algumas passam mais tempo institucionalizadas, do que nas suas famílias de origem. Dessa maneira, a instituição pode se transformar na única relação de habitar doméstico que se possui.

Essa situação expressa a inerente necessidade de se pensar atributos arquitetônicos que humanizem o ambiente construído, aproximando-o do habitar doméstico. Por essa razão, o presente artigo apresenta parte dos resultados da tese de doutorado do Programa Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina que buscou, com base no aporte teórico de humanização, traçar estratégias que corroborem para a apropriação ambiental do ser institucionalizado no abrigo.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Segundo os dados do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) referente ao mês de março de 2023, existem 31.537 crianças e adolescentes em situação de acolhimento no Brasil e 2.798 unidades de abrigos institucionais (a unidade mais comum).

Sobre o ambiente construído, as edificações na maioria são adaptadas para esta função, distribuídas em cerca de 100 metros quadrados, onde se objetiva o atendimento emergencial (saúde e alimentação). Tais instituições possuem variações no número de atendidos e, o ECA estipula que as instituições acolham, no máximo, 20 indivíduos entre crianças e adolescentes.

Esta arquitetura prioriza um ambiente coletivo para gerenciar serviços e organizações administrativas. A alimentação, manutenção das roupas e outras atividades diárias ocorrem frequentemente fora das instalações, como o recebimento de refeições prontas.

Na área privada, os quartos são partilhados e cada criança identifica a sua cama. Os banheiros costumam ser únicos e organizados de acordo com uma programação adequada a todos.

A área social costuma ser o maior espaço e é utilizada para brincar, estudar e receber visitantes. Desta forma, a atmosfera da área social, assim como muitos dos brinquedos e outras características do mundo infantil, busca apresentar ao visitante um ambiente onde as crianças vivam e possam experimentar o lúdico.

Além disso, os internos têm um baixo sentido de identificação com o ambiente porque, ao contrário de uma residência comum, em alguns ambientes (comumente as áreas de serviço) não são autorizados a entrar. Nesse tipo de arranjo, os internos raramente participam do cotidiano da casa.

Em resumo, devido à falta de apropriação ambiental, vínculos emocionais e atenção emocional da família, crianças e adolescentes em situação como esta podem apresentar: relacionamentos passivos ou conflitantes com as pessoas e com seus ambientes de vida (a instituição); além de déficits cognitivos, problemas de integração sensorial, dificuldade de processamento de linguagem na velocidade da fala, resultando em processos de aprendizagem prejudicados.

## NOTAS TEÓRICAS

O conceito de humanização na Arquitetura refere-se à criação de espaços que atendam às necessidades e expectativas humanas, tanto físicas quanto emocionais. Essa abordagem busca promover o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários dos espaços construídos, sejam eles indivíduos, grupos ou comunidades. Para investiga-lo, é necessário incluir uma abordagem sensível, com enfoque qualitativo.

Apoiando-se na fenomenologia da percepção, Thibaud (2004) tratava do assunto buscando o lugar do corpo na maneira de apreender o mundo. “A noção de ambiência se inscreve nesta perspectiva de *“embodiment”* para a qual nossas categorias conceituais não são dissociáveis de nossa atividade sensório-motora” (Thibaud, 2004, p. 146). O conceito aproxima-se da noção de lugar, abordada em pesquisas de Arquitetura, Geografia Humana e Filosofia. Todas tratam o espaço reconhecido como lugar, e os fatores para esse reconhecimento como materiais e imateriais, ambos componentes da ambiência humanizada.

Sob uma perspectiva holística, o ambiente construído e a sua apropriação acontecem através de atributos “objetivos e subjetivos” (Okamoto, 2002); e o significado da palavra habitar transcende o pragmatismo formal e utilitário de “ocupar”. O habitar doméstico responde assim, às necessidades físicas e psicossociais e pode ser dividido hierarquicamente como: abrigo, casa e lar.

O abrigo trata-se de proteção (Rapoport, 1976). A expressão “minha casa”, por sua vez, possui duas vertentes: a proteção contra o mundo exterior e o apego a um lugar como fator de identidade. A casa representa uma espécie de barreira às intromissões externas, porque limita e controla o número de interações e na sua construção, separa o mundo externo – inseguro e ameaçador – do interno – protegido (Fischer, 1994). A palavra lar corresponde a uma corruptela de lareira, que para o homem primitivo era elemento inseparável da habitação e permitia a reunião dos integrantes do clã familiar. O lar é, portanto, uma condição complexa que integra memórias construídas, rituais e rotinas, elementos quali-quantitativos, materiais e imateriais.

Na apropriação deste e de qualquer outro ambiente construído por crianças e adolescentes, há três características espaciais importantes. São elas: comportamentos espaciais restritos, manipulação e gradientes de desafio. Aqueles dizem respeito aos fatores físicos que limitam a maneira como um espaço é utilizado (e.g. localização de um ponto fixo de luz para leitura). A manipulação é referente à escala ambiental (antropometria), limitando o uso quando imprópria. Os gradientes de desafio acomodam os níveis de independência, impedindo que as pessoas se tornem oprimidas pela dificuldade na realização de atividades (e.g. ambiente informatizado) (Trancik; Evans, 1995).

Acerca das regras de uso, a aglomeração interfere diretamente no processo de interação de crianças. Evans (2006) afirma que níveis elevados de isolamento social acontecem quando há excessos de pessoas e/ou pequenas dimensões do ambiente construído. O processo de isolamento pode ocorrer entre os dez e doze anos em crianças que vivem com suas famílias, num processo de amadurecimento psicológico (Evans, 2006). Loo (1972) descobriu que os meninos reagem mais a superlotação do que as meninas. Os estudos sobre efeitos da aglomeração de Loo (1972) também, apontaram que características pessoais podem minimizar os impactos negativos da aglomeração residencial, especialmente quando há apoio interpessoal de pares e adultos.

Com base nisso, é possível afirmar que o ser institucionalizado dificilmente terá o entendimento de lar, mas a apropriação espacial da casa é possível. Para que a experiência de habitar doméstico se conclua, é necessário que o ambiente físico proporcione identidade com o cotidiano pessoal. Nessa direção, Norberg-Schulz (1985) afirma que o sentido de habitar acontece quando o espaço é organizado e há uma forma construída para qual posteriormente, serão atribuídos valores e significados. Ainda sobre a forma física, acredita-se que a ação de habitar representa códigos de usos e funções, significados e valores partilhados por seus habitantes.

## **ATRIBUTOS ARQUITETÔNICOS**

Os atributos são apresentados junto às reflexões que propõem contextualizar o conceito, dar exemplo a partir de figuras e em alguns casos, propor recomendações mais concretas de projeto. O conjunto é uma parte dos resultados de pesquisa da tese de doutorado. Privilegiou-se aqui, os aspectos da ambiência interna.

### **Atributo 01: Presença de refúgios**

A criança e o adolescente necessitam, em maior ou menor grau, de momentos de reclusão, com isolamento em ambientes escolhidos por preferência. Ressalva-se que tal postura não se aproxima da criação de “minimundos” (por exemplo um quarto temático), que podem significar a falta de referencial na realidade, pois tratam de alterações do ambiente construído e não da ambiência dos mesmos. Essa sensação pode ser conseguida considerando (Figura 01):

- O uso de variações de escalas nos ambientes (através do pé-direito ou de uma abertura por exemplo) ou no mobiliário (com o uso de um nicho);
- Ao compreender que o processo individual é tão ou mais complexo que o coletivo, é necessário que os refúgios conotem proteção, daí a importância de utilizar diferentes alturas de pé-direito, que promovam complexidade, variabilidade e especialmente sensação de aconchego.



Figura 01 - Exemplo de configuração de refúgio junto à parede e abertura.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

## Atributo 02: Personalização do ambiente

Personalizar é um importante mecanismo mediador de controle e redução do estresse, porque favorece a adaptação do espaço às características do indivíduo; e a habilidade de modificar e personalizar é de grande importância para o bem-estar das pessoas. Para atender a esse propósito, os ambientes devem apresentar:

- No setor social, é importante possuir pequenas referências visuais, que identifiquem o ambiente construído também como seu, mesmo que de predomínio coletivo, por exemplo: fotografias e trabalhos manuais;
- No setor íntimo, especialmente nos quartos, possuir mobiliário em que seja possível determinar posse e dessa maneira, manipula-los e conseqüente, personaliza-los é importante;
- O uso de espelhos para visualização da própria imagem em diferentes ambientes do abrigo.

## Atributo 03: Gradientes de privacidade

O equilíbrio saudável entre o coletivo e o individual é importante no desenvolvimento da competência de interação social. Para atender a esse propósito, devem-se:

- No ambiente construído, determinar as áreas de preferência para se estar só ou em grupo, por exemplo atrás de um sofá, embaixo da mesa, nas camas, etc. Esses “abrigos” oferecem oportunidades para observar as atividades circunvizinhas sem participar;
- No setor íntimo, variar as escalas dos dormitórios, para o indivíduo, o pequeno-grupo e as atividades do grande-grupo, fornecendo o que é necessário para regular as interações sociais e incentivando as relações sociais, conforme características particulares dos usuários;

- O equilíbrio no uso de soluções entre plantas abertas e compartimentadas. O espaço flexível abaixa o nível da privacidade, conduzindo aos níveis elevados de distração. Já as plantas fechadas, restringem a criação de hierarquias espaciais para acomodar as necessidades de mudança das crianças e dos adolescentes.

#### **Atributo 04: Gradientes de controle**

Inerente ao desenvolvimento da competência, está a habilidade da criança e do adolescente de estarem no controle do ambiente construído, conduzindo aos sentimentos de realização e independência, e o contrário, podendo resultar na sensação de incapacidade.

Para tanto, o ambiente precisa de:

- Recursos físicos disponíveis no ambiente em concordância com a expectativa de uso, por exemplo: num quarto compartilhado, permitir controle de uso da luz através de iluminação indireta por abajur;
- Mobiliário de fácil manuseio que respeitem as diferentes variações ergonômicas;
- Uso dos ambientes internos e externos com autonomia para ir, vir e permanecer. A liberdade para se mover à vontade, sem esperar a hora de ir para a rua para realizar movimentos mais vigorosos ou para o quarto descansar, atribui controle (mesmo que relativo) das suas ações.

#### **Atributo 05: Níveis de complexidade**

Os ambientes com um nível apropriado de complexidade incentivam o desenvolvimento da competência, colocando crianças e adolescentes em experiências de aprendizagem. Os ambientes com clareza exagerada, logo se tornam desinteressantes e desfavoráveis pela falta de estímulos. Tanto a percepção, quanto a cognição necessitam de variedade e novidade (Figura 02). Para tanto, é preciso:

- Variedade de espaços internos e externos com a mistura de elementos visuais como elementos geométricos e texturas variadas;
- A interação (física e/ou visual) dos ambientes entre si e com a área externa para viabilizar a mudança de pontos de vista nos deslocamentos, nas atividades e nas relações de espaço e tempo.



Figura 02 - Exemplo de configuração espacial com diferentes gradientes de complexidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

## Atributo 06: Níveis de restauração

Ao explorar as suas capacidades recentemente adquiridas, as crianças e os adolescentes são suscetíveis ao cansaço mental - um estado que pode impedir o desenvolvimento adicional das habilidades. Os espaços restauradores, que provocam a imaginação, permitem que as crianças se afastem da atmosfera cotidiana, criando temas lúdicos em torno de lugares de observação (Figura 03). Assim:

- Nos setores íntimos e social, a ambiência dos ambientes internos deve possuir a maleabilidade de uso do mobiliário e artefatos, com o uso de tapetes, almofadas e diferentes cores e texturas.

Para concluir, estima-se que esses atributos possam traduzir à arquitetura institucional conceitos de acolhimento humanizado, alimentando novos projetos e introduzindo melhorias em edificações existentes. É sabido que não são estanques e nem objetivam tornarem-se únicos nas demandas desse importante tema, a saber variações socioeconômicas e principalmente, culturais precisam ser consideradas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Acolhimento**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sna/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2009.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1990.

EVANS, Gary W. **Child Development and The Physical Environment**. 2006. In: Annual Review Psychology. Volume 57, p. 423–451, 2006. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16318602>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

FISCHER, Gustave-Nicolas. **Psicologia social do ambiente**. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

LOO, Chalsa M. **The effects of spatial density on the social behavior of children**. 1972. Journal of Applied Social Psychology. Volume 2, p. 372–381, 1972. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **The Concept of Dwelling: On the Way to Figurative Architecture**. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140 p.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2002. 261p.

RAPOPORT, Amos (org.). **The Mutual interaction of people and their built environment: a cross-cultural perspective**. The Hague: Chicago: Mouton, 1976. 505 p.

SAVI, Aline Eyng. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais**. 301p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193463>. Acesso em: 03 dez. 2023.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. **Spaces Fit for Children: Competency in the Design of Daycare Center Environments**. In: Children's Environments. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58.